

APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que recebi o convite para apresentar a edição de jan./jun. 2024 da Revista Jurídica do Cesupa, que já se consolidou como um importante instrumento de disseminação da produção científica na área do Direito na nossa região.

A propósito, a louvável atitude de empreender esforços para a constante publicação de trabalhos acadêmicos de seus docentes e discentes, reafirma a posição de destaque desta Instituição de Ensino na produção do saber, consolidando o tripé educacional, constituído não apenas pelo ensino, como também pela pesquisa e extensão.

Esta publicação é reflexo do comprometimento e da dedicação de todos os docentes e discentes de nossa instituição, especialmente do Editor Chefe da Revista, Prof. Dr. José Claudio Monteiro de Brito Filho, e da Editora Gerente, Me. Juliana Oliveira Eiró do Nascimento, que se dedicam diariamente na condução deste projeto.

Para mim, esta edição da Revista é especialmente significativa, pois tive a honra de ter 05 (cinco) artigos de minha autoria publicados, em colaboração com outros alunos que admiro e respeito.

A propósito, a diversidade de temas abordados nesta edição é um testemunho da amplitude das pesquisas realizadas no Cesupa. Os nove artigos selecionados para este volume tratam de questões contemporâneas e de grande relevância, que merecem a atenção e a reflexão da comunidade acadêmica e profissional.

O primeiro texto, de autoria de Anna Beatriz Vilhena Santiago, Jean Carlos Dias e Sarah Ruth Gondin Picanço, intitulado **“A responsabilidade civil na ocorrência de exposição de crianças e adolescentes na internet: uma análise do caso “Bel para Meninas”**”, discute as implicações jurídicas da exposição de menores na internet, analisando um caso específico que ganhou notoriedade.

Na sequência, Maria Giovanna Vasconcelos Fonseca e Pedro Gleuciano Farias Moreira tratam dos conflitos e desafios enfrentados no sistema acusatório brasileiro através de um caso emblemático de violência no campo, no texto intitulado **“O caso Dorothy Stang e o sistema acusatório: conflitos, devoções e sangue nas terras da Princesa Louçã.”**

O trabalho denominado **“A jurisdicionalização de conflitos advindos do meio digital: a relação entre constitucionalismo digital e a formação de demandas frívolas”** de Anna Costa Carvalho, Larissa Ramos Paes Arcoverde e Jessyca Fonseca Souza aborda a crescente

tendência de levar conflitos digitais aos tribunais e as consequências desse fenômeno no mundo jurídico.

O próximo texto, intitulado “**A extração de madeira no estado do Pará e as condições degradantes das relações de trabalho**”, de minha coautoria com Giulia Teixeira da Silva Profeti, investiga as condições de trabalho na atividade ilícita de extração de madeira no Pará, abordando os desafios para garantir condições laborais dignas.

O texto seguinte, que contou com minha participação e de Larissa de Sousa Silva e Mimon Peres Medeiros Neto, analisa as condições de trabalho de artistas mirins e as medidas necessárias para assegurar seus direitos trabalhistas, no ensaio intitulado “**Trabalho Decente no ambiente artístico: apontamentos sobre o trabalho de artistas mirins**”.

Na sequência, o texto denominado “**O impacto da inteligência artificial nas relações de trabalho: uma análise do ODS 8.8 e a promoção do Trabalho Decente no Brasil**”, assinado por mim, com Paula Eduarda Cardoso Leite e Fernanda Augusta Ferreira Sampaio, discute como a inteligência artificial está transformando o mundo do trabalho e os desafios para garantir um trabalho decente.

Já no artigo “**A limitação da jornada de trabalho como requisito para a garantia do Trabalho Decente**”, analiso, juntamente com Maria Clara França Bitencourt e Nicole Salgado Santa Brígida a importância da limitação da jornada de trabalho para assegurar condições laborais justas e saudáveis.

No texto “**Tutela executiva efetiva: análise da jurisprudência do TJPA na aplicação de medidas atípicas para superar a ineficiência do processo de execução**”, Adelvan Oliverio Silva, Felipe de Oliveira Gaspar e Gustavo Silva Rodrigues tratam da aplicação de medidas atípicas pelo Tribunal de Justiça do Pará para melhorar a eficiência dos processos de execução.

Por fim, o artigo “**O *overcharging* e o acordo de não persecução penal**”, que assino juntamente com Juliana Oliveira Eiró do Nascimento e Thamires Lima Magalhães, examina a prática do *overcharging* e a implementação de acordos de não persecução penal como alternativas no sistema de justiça criminal.

Cada um desses artigos, cuidadosamente selecionado pelo Conselho Editorial, reflete com profundidade a riqueza e a diversidade das pesquisas e da produção acadêmica que é desenvolvida no Cesupa, tanto no âmbito da Graduação, quanto na Pós-Graduação *lato e stricto sensu*, destacando temas de relevância nacional e regional, e contribuindo para o desenvolvimento de um debate jurídico enriquecedor e atualizado.

Por tudo o que foi evidenciado é que convido toda a comunidade acadêmica à leitura da Revista Jurídica do Cesupa, no desejo de que esta edição atenda às expectativas do leitor e que seja uma fonte de conhecimento e inspiração para todos aqueles que desejam disseminar o conhecimento jurídico.

Boa leitura!

Belém, 10 de julho de 2024.

Vanessa Rocha Ferreira

Doutora em Direitos Humanos (Universidade de Salamanca/Espanha)

Professora da Graduação e do PPGD em Direito (Cesupa)

Líder do grupo de pesquisas em Trabalho Decente (Cesupa/CNPq)

Auditora do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA)